

Ditadura Militar: A Produção Artística na Manutenção da Memória Histórica¹

Ana Luiza Domingues Galves²
Josefa M e S. B Andrade-Zefinha Bentivi³
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

Resumo

O artigo traz, em um momento conturbado, e de ameaça à democracia, como se deu o Golpe Civil-Militar, como ele atuou usando meios de repressão, e como Chico Buarque se transformou em referência de resistência que persiste até os dias atuais. Faz-se também uma reflexão sobre a indústria cultural e sua relação com a arte musical. Para a elaboração desse artigo foram usados artigos científicos, entrevistas, e análises de historiadores sobre o assunto.

Palavras-chave

Ditadura; Produção Artística; Memória Histórica; Censura.

INTRODUÇÃO

Notícias de um movimento chamado pelos participantes de Marcha da Família com Deus, ocorrido em Belo Horizonte, em 2014, poderia ser uma manchete remetente à marcha que ocorreu em 1964⁴, em que parte conservadora da população brasileira foi às ruas impedir uma “ameaça” comunista, o que, na verdade, segundo Mauri Antônio da

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos interdisciplinares da comunicação do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Estudante de graduação 2º semestre de Comunicação Social – Relações Públicas da UFMA. E-mail: anadgalves@yahoo.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de comunicação social-UFMA. E-mail: zefinhabentivi@yahoo.com.br

⁴ Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome comum de uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964, no Brasil, em resposta ao que foi considerado, por militares e setores conservadores da sociedade, uma ameaça comunista representada pelas ações dos grupos radicais e pelo discurso em comício realizado pelo então presidente João Goulart em 13 de março daquele mesmo ano.

Silva (2015), nada mais era do que uma resposta às reformas de base⁵ que seriam implantadas pelo governo de João Goulart. Como se pode observar, anos depois, quase 100 pessoas foram às ruas da capital mineira pedir a volta do regime militar, com argumentos semelhantes ao movimento que houve em 1964.

O movimento de Belo Horizonte não é uma manifestação isolada, outras similares vêm ocorrendo em razão da falta de informação, o que faz com que pessoas tomem as ruas sem saber o necessário sobre o movimento que elas pedem a volta. Movimentos como os dois acima citados têm em comum o fato de que a maior parte das pessoas que participaram estava sendo manipulada por uma direita com medo dos avanços sociais, porém, no segundo caso, a saída para as ruas significa cometer o erro já conhecido devido o golpe que seguiu os movimentos de 1964.

Nesse sentido, em entrevista postada pelo jornalista Rodrigo Vianna, realizada em maio de 2018, sobre o que seria a intervenção militar durante uma dessas passeatas, alguns participantes não souberam responder. Como se observa, a falta de informação junto à insatisfação de uma parcela da população traz à tona o perigo da volta de um regime militar. Um perigo real já que, em uma pesquisa de opinião, feita pelo Instituto Paraná Pesquisas, foi detectado que 43,1% da população defendem a volta do regime, enquanto 51,6% são contra, e 5,3% não souberam o que responder.

Boa parte dessa população que defende a volta da época militar afirma a inexistência da censura e dos meios de repressão, mas a censura existiu de fato e foi muito prejudicial à nação. Para se ter uma ideia de como ela (a censura) agia, Lucas Borges de Carvalho (2014) explica que a censura se estruturou de duas maneiras. A primeira de cunho político era voltada para a censura de jornais e reportagens que poderiam publicar matérias que abalasse as estruturas do governo. A segunda se preocupava com a “moral” que consistia em controlar peças de teatro, novelas e músicas, utilizando órgãos como a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), responsável, por exemplo, por aprovar as letras das músicas na época.

Apesar da censura, artistas surgiram na época, tais como Chico Buarque e Caetano Veloso, e compuseram músicas que até hoje ajudam a manter a memória de uma época de repressão, e de busca por democracia e liberdade. Uma das composições mais marcantes, que foi tema de uma peça de teatro, com o mesmo nome, é Roda Viva,

⁵ Reformas de Base foi o nome dado pelo vigésimo quarto presidente do Brasil, João Goulart, às reformas de estruturais propostas por sua equipe. Em que se incluíam reformas educacionais, agrárias, fiscais e políticas.

escrita em 1967, que tem como característica diálogos com grandes mobilizações populares, causando impacto nos telespectadores, um dos motivos para que o Comando de Caça aos Comunistas (CCC)⁶ invadisse, em julho de 1968, o local em que era apresentada a peça, no teatro Ruth Escobar, em São Paulo, agredisse os artistas e depredasse o cenário, segundo o censor responsável, Mario F. Russomano, Chico Buarque "criou uma peça que não respeita a formação moral do espectador, ferindo de modo contundente todos os princípios de ensinamento de moral e de religião herdados de nossos antepassados"

Como se observa dos exemplos e da história recente do país, negar a existência da censura deve-se à falta de informação sobre o período de intervenção militar. Considerando este contexto, esse artigo busca, por meio de análise de artigos, livros, entrevistas e das próprias produções artísticas, esclarecer o que foi o período da Ditadura Militar, demonstrando como ocorreu o golpe, de que forma funcionavam os meios de censura e exílio, e que de maneira a produção artística da época precisa ser vista e lembrada para que esse período não caia no esquecimento já que, de acordo com a entrevista realizada com a historiadora Monica Piccolo Chaves (2018), “o cenário de obscurantismo e de recuperação de um padrão de comportamento social extremamente conservador, elitista e reacionário, tem levado importantes obras culturais a serem publicamente criticadas, o que me muito empobrece a produção cultural do país.”

Este artigo, portanto, trata de trazer, nesse momento de crise política e risco de perda da democracia, o contexto em que ocorreu o Golpe Civil-Militar, como se deu o período de censura e como a produção artística é essencial para a resistência política, refletindo-se sobre a relação entre a arte musical e a indústria cultural. Para tal, além da introdução e conclusão, estruturou-se o trabalho em três partes: Golpe Civil-Militar e Governo Militar, Censura e Exílio e, por último, um tópico sobre Chico Buarque, que traz sua produção artística em meio à repressão da Ditadura Militar.

GOLPE CIVIL-MILITAR E O GOVERNO MILITAR

Para serem compreendidas as formas de censura e o exílio, junto com todo movimento artístico que esse momento de ditadura trouxe, é preciso entender, primeiro,

⁶ Comando de Caça aos Comunistas foi uma organização paramilitar anticomunista brasileira de extrema direita, atuando sobretudo nos anos 1960 e composta por estudantes, policiais e intelectuais favoráveis ao regime militar então vigente.

o contexto histórico em que o golpe de 1964 ocorreu. De acordo com Cesar Mangolin de Barros (2011), de 1930 até 1964, quando aconteceu a tomada do poder pelos militares, o Brasil viveu uma intensa instabilidade política, com seis golpes ocorridos nesse tempo, sendo quatro deposições de presidentes e duas de vice-presidentes que assumiram o cargo, o último, João Goulart, assumiu depois da tentativa de golpe de Jânio Quadros.

É importante resgatar que, no momento em que Jânio Quadros ganha as eleições para assumir a presidência do Brasil em 1961, o processo eleitoral brasileiro permitia a eleição de presidente e vice-presidente de “chapas” diferentes, o que, no contexto de então, fez com se elegeisse Jânio, apoiado pela UDN⁷, como presidente, e João Goulart, candidato do PTB⁸, conhecido como um dos herdeiros do trabalhismo varguista, como vice-presidente, o que trouxe à tona, naquele momento, uma imensa crise política, de acordo com Cesar Mangolin de Barros (2011).

Instalada a crise política, e intensificada após a renúncia de Jânio, João Goulart assume o poder. Segundo Ricardo Lara (2015), o então presidente faz um governo voltado para a justiça social, o que não era muito comum nos governos anteriores, principalmente por visar à soberania nacional e aos direitos trabalhistas. Durante seu governo, foram elaboradas as reformas de base, que incluíam reformas agrárias, urbanas, educacionais e políticas. No momento em que as reformas de base seriam anunciadas, em março de 1964, João Goulart sabia que seus créditos com a parcela conservadora da população acabaria, então ele possuía a expectativa de desencadear um grande movimento de massa que lhe garantisse o segundo mandato presidencial, o que não ocorreu (GORENDER, 1990, p.58).

O que ocorreu foi o Golpe civil-militar, em março de 1964, que foi “a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais” (LARA, 2015). Como cita Cesar Mangolin de Barros (2011), para a concretização do golpe, aconteceu uma articulação com grande poder propagandista que possuía parcelas da população que iam das classes dominantes até as massas populares, com forte caráter conservador. Além dessa articulação, a igreja também pressionava e levava milhares de pessoas às ruas, como nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em 1964 na qual a

⁷ União Democrática Nacional, partido político brasileiro fundado 7 de abril de 1945, primeiramente criado para fazer oposição à Getúlio Vargas e as suas políticas e de orientação conservadora.

⁸ Partido Trabalhista Brasileiro, foi fundado pelo ex- presidente Getúlio Vargas, existiu durante o período de 1945 até 1965, foi fechado durante o período do Regime Militar, e, após a redemocratização, foi recriado.

população protestava a favor da família, temendo os avanços da esquerda no Brasil, e lutava contra uma falsa ameaça comunista, o que não passava do medo do crescimento da força popular, o que ocorreria com a política, já citada, que João Goulart colocaria em prática.

Instaurado o regime militar, que durou de 1964 até 1985, o Brasil foi governado por cinco presidentes. O primeiro, Castelo Branco, é responsável pela instauração dos Atos Institucionais, que serviam como instrumentos repressivos, e foram sendo criados durante todo o período da ditadura, no entanto, O Ato Institucional mais conhecido, principalmente por ter sido do então governo “linha dura” de Costa e Silva, é o Ato número 5, que trouxe o fechamento do regime, a perda de liberdades individuais e suspensão de qualquer direito constitucional, o que, naquele momento, trouxe a tortura como elemento de controle do Estado.

CENSURA E EXÍLIO

A partir do momento em que o regime militar foi instaurado, após a retirada de João Goulart, a ditadura trouxe, principalmente com o AI-5, a censura e a retirada de liberdades individuais. De acordo com Miliandre Garcia (2010), a censura, na verdade, já existia no governo de Getúlio Vargas, principalmente de 1934 até 1945, e foi definida pela ditadura militar de acordo com os seus desejos na época. O governo militar elaborou o Serviço Nacional de Informação (SNI), que veio a se tornar um dos pilares de controle da época, que controlada, inclusive, os outros órgãos de repressão, como a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

A DCDP será, então, o órgão de repressão destacado, devido ao fato de ser um aparelho repressor legalizado, que possuía a função fiscalizar programas de TV, peças de teatro, programas de rádio e letras de músicas, para proibir, em tese, a exibição de qualquer assunto que violasse a moral e os bons costumes, como mulheres nuas, homossexualismo, abortos e palavrões. Carlos Fico (2002) afirma que o regime militar conduzia a premissa de que a “crise moral” era fomentada pelos comunistas para abalar as estruturas das famílias e desencaminhar os jovens, como pode ser visto no discurso do então ministro da justiça Alfredo Buzaid:

Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio a televisão constitui, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo sub-repticiamente os lares. E os seus

agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas ideias dissolventes. (BUZAID,1970, p. 17-18).

Discurso que, na verdade, só estava preocupado em preservar um governo conservador, eliminando qualquer oposição existente. O DCDP, apesar de ser, em tese, um órgão para preservar a moral, era utilizado muitas vezes de maneira política, possuindo caráter sigiloso (FICO, 2002). Isso ficou claro quando ocorreu a proibição de um show, promovido pelo Diretório Acadêmico da Universidade Federal Fluminense, em 1975, em que artistas da oposição, como Chico Buarque, iriam se apresentar. Nesse momento, o então ministro da justiça alertou o DCDP. O departamento requereu os textos das peças e das músicas para analisar (depois de já ter analisado uma primeira vez este mesmo material). Esse movimento foi feito para atrasar as apresentações até conseguir com que elas não acontecessem. De acordo com Fico (2002), foi uma clara censura política.

Desse modo, com a censura, tanto no âmbito político, quanto no artístico, muitas personalidades tiveram que se exilar durante o período em que durou a Ditadura Militar. O relato de Flávia Schilling, filha de um político exilado, publicado em 2015, revela que, a partir do dia 13 de março, dia em que João Goulart iria apresentar as reformas de base, e que a população, instruída pela direita, acendeu velas e colocou panos brancos em frente as casa para “espantar” o comunismo, ela se sentiu em “inxílio”, que era o sentimento de estar no seu país, mas não sentir que pertencia a ele.

Não era só esse sentimento de não pertencimento que existia, pois, com a chegada da “linha dura” ao poder, o exílio era usado como uma forma de afastar os opositores do país, sendo esse exílio forçado, quando ocorria perseguição, como no caso do político Leonel Brizola, ou um autoexílio, como o de João Goulart que, depois de deposto, mudou-se por vontade própria. Importa ressaltar que, de acordo com o historiador Vitor Amorim (2014), a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, colocou fim na maioria dos exílios forçados. Considerando este contexto, este artigo destaca o exílio do cantor e compositor Chico Buarque, grande nome de resistência no regime militar, e que vem sendo um nome de resistência nesse novo ambiente político que surge em 2018, trazendo, novamente, o perigo da perda da democracia. Convém ressaltar aqui a importância da Indústria Cultural – IC (ADORNO, 2002), como reprodutora em massa das manifestações artísticas (músicas, pinturas, danças, teatro, cinema, entre outros).

Nesse sentido, embora não se possa desconhecer o caráter lucrativo desta indústria, bem aos moldes dos interesses da elite econômica, a IC foi, no passado, e é hoje também responsável por permitir aos diversos públicos acesso a produtos culturais relevantes como a música de Chico Buarque.

CHICO BUARQUE

Francisco Buarque de Hollanda, mais conhecido como Chico Buarque, um dos maiores nomes da MPB, nasceu em 1944, no Rio de Janeiro. Chico subiu ao palco pela primeira vez em 1964, em uma apresentação em um colégio do Rio, mesmo ano em que ocorreu o golpe militar no Brasil. Em alguns anos, após participar de festivais de música, e ganhar o prêmio de melhor música, com “a Banda”, no II Festival de Música Popular Brasileira, promovido pela Record, Chico vinha se tornando um grande nome da música brasileira.

Devido ao período turbulento, os artistas eram pressionados a se posicionarem sobre as questões políticas do país, assim, em 1968, Chico participa da passeata dos cem mil, que reuniu estudantes, intelectuais e artistas. Na mesma época em que o tropicalismo de Caetano e Gil vinha com letras agressivas contra o regime, Chico ainda cantava músicas com conteúdo romântico, o que já não era mais aceito pelo público (CARVALHO; ROCHA; TOSO, 2015). Essa opinião do público foi deixada clara no festival de música de 68, em que Chico Buarque e Tom Jobim receberam a maior vaia do festival, após cantarem “Sábida”, uma música sem caráter revolucionário, que ganhou o prêmio no lugar da música “Para não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, que trazia frases fortes como “somos todos iguais, braços dados ou não”, e que era aclamada pelos ouvintes.

No mesmo ano, após participar da passeata dos cem mil, Chico ficou marcado pela ditadura, o que se intensificou com decretação do AI-5, em dezembro. Não demorou muito para que ele fosse levado da sua casa para prestar depoimentos sobre sua participação na oposição, uma situação que tem como consequência a opção do artista pelo autoexílio, em Roma, em 1969. Em entrevista concedida Chico cita:

Eu saí do Brasil dia 2 de Janeiro de 69, o AI-5 foi 13 de Dezembro de 68, foi quando fechou tudo, teve a censura, os jornais, a prisão de uma porção de gente. Alguns dias entre o AI-5 e a minha partida, a gente

não tinha muita notícia de nada, havia uma boataria solta. A gente se encontrava nos bares e a tal, fulano foi preso, fulano não foi. Eu fui detido de manhã pelos soldados lá pelo dia 20 de Dezembro, passei um dia no quartel e me soltaram, mas me deixaram com a recomendação de não deixar a cidade do Rio de Janeiro sem uma autorização expressa de um coronel, e tinha o telefone do Coronel Atila Moura Sales para consultá-lo para isso, e eu tinha marcado uma viagem para Cannes, um festival, e o lançamento de um Disco em Roma, então pedi essa autorização e ela foi dada. Fui para Cannes e em seguida fui para Roma com a intenção de ficar o tempo que durasse tudo, uma semana, quinze dias, no máximo. Recebendo as notícias de que estava acontecendo cada vez mais coisas esquisitas no Brasil, eu fui aconselhado a não voltar. Em determinado momento eu tive que tomar essa decisão. Eu com Marieta, minha mulher e tal. Como é que faz? Com nossa filha, ou nosso filho? Eu não sabia. ‘Vamos ficar aqui’. Não havia mais segurança para eu voltar para o Brasil. (HOLANDA, 2010).

No período em que se exilou, Chico já era reconhecido no Brasil como um grande nome da resistência naquele momento, segundo Napolitano (2013), as músicas de Chico possuíam “algum elemento que conseguia expressar um sentido de resistência e uma nova proposição acerca da relação ser/tempo que ia além da instrumentalidade política imediata, típica das canções de protesto contra o regime, elas traziam uma promessa de felicidade”. Sendo assim, cada vez mais suas músicas eram ouvidas como um refúgio, como quem escuta a esperança de dias melhores pela frente, o que demorou a de fato acontecer, visto que o regime só começou a sua abertura em 1978.

Antes disso, porém, Chico retorna ao Brasil, em 1970 e, logo em sua chegada, lança “Apesar de você”, uma de suas músicas mais conhecidas até hoje, a obra passa pela DCDP e, só após 100 mil cópias vendidas, a censura, que não era marcada pela intelectualidade, foi avisada de que o “você” da música era o então presidente Médici. Trechos da composição falam “hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão” e “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Indagado sobre quem era o “você”, Chico afirma ser uma mulher mandona, o que não foi aceito na época, havendo a invasão da gravadora e destruição de quase todas as cópias das músicas (HOLANDA, 2014).

Após esse episódio, Chico começou a ser cada vez mais perseguido, sendo assim proibido, pela própria gravadora Phonogram, de apresentar a música Cálice, em 1973, composta junto com Gilberto Gil. A gravadora teve medo da represália que sofreria dos

órgãos de censura (HOLANDA, 2014). Ainda a respeito da música que teve tanta repercussão importa destacar a análise em artigo de (Carvalho; Rocha; Toso, 2015).

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano

Num jogo com as palavras calado/calada, as frases remetem à dificuldade de aceitar passivamente as imposições do regime, apresentando, de modo subentendido, o tema do autoritarismo (me dano), que impede a expressão do povo.

Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa

As frases tematizam a falta de direito à expressão e criam o sentido de uma voz sufocada, calada à força. Por desumano subentende-se uma crítica à conduta do governo. Atordoa indica a insatisfação com a situação e também pode ser uma referência implícita aos métodos de tortura e repressão usados para extrair a confissão das vítimas.

A partir daí, para driblar a ditadura, Chico Buarque resolveu, então, criar o pseudônimo de Julinho da Adelaide, que consiste em um “nome falso” usado para assinar as letras, e conseguir fugir da censura, uma vez que seu nome já era marcado pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas. Com isso, ele conseguiu lançar músicas como "Acorda Amor", que tinha trechos como: “sonhei que tinha gente lá fora/ batendo no portão, que aflição/ era a dura, numa escura viatura” e "Jorge Maravilha" que se suspeitou ter sido escrita para o então general Geisel, cuja filha era fã da obra de Chico. Sobre "Jorge Maravilha", em entrevista à Folha de São Paulo, em 1977, o cantor afirmou que era sobre um episódio que ocorreu em uma de suas idas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), um departamento que visava à manutenção da disciplina durante a ditadura. Nesse episódio, um dos funcionários pediu um autógrafa para dar a sua filha. A verdade sobre Julinho da Adelaide só foi revelada em 1975, em uma entrevista ao jornal *Última Hora*.

Enfim, no mesmo ano, Chico Buarque resolve se afastar dos palcos durante nove anos, cantando apenas em eventos beneficentes ou em movimentos em prol da

democracia. Mostrando sua opinião como oposição ao governo militar, ele afirma: “não tenho isso muito claro, nada foi de graça” (HOLANDA, 2010). Por toda a sua trajetória e, principalmente, pelas letras que trazem a liberdade como uma necessidade para se conseguir viver, Chico é visto até hoje como uma referência de resistência, uma vez que, nas eleições presidenciais de 2018, participou de comícios ao lado do então do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, em prol da democracia. cantando contra o medo da repressão, como ele cita em uma entrevista dada em 2010, “a ditadura encheu muito meu saco, mas eu também enchi o saco dela, e não foi pouco não”

Da militância do artista é possível inferir que estão sendo vividos, em 2018, momentos de incerteza política muito grande, e é de extrema importância a participação de personalidades que viveram os duros momentos da Censura, para a liberdade de expressão ser vista como a grande conquista com o fim do período de Ditadura, e, assim, com conhecimento através de letras como as citadas nesse artigo e na história de repressão vivida por artistas como Chico Buarque, conseguir com que se evitem movimentos como os que ocorreram recentemente pedindo a volta da Ditadura Militar.

CONCLUSÃO

Com tudo isso que foi apresentado, fica claro como o delicado momento por que está passando a democracia brasileira, como pode ser visto nas passeatas que remetem às que ocorrem em 1964. Entende-se, porém, que a maior arma para combater esse perigo é o conhecimento. Esse artigo propôs-se, pela contextualização de como ocorreu o Golpe Civil-Militar, esclarecer como foi conduzido o governo na Ditadura Militar, com destaque para os aparelhos de censura, apresentando, por fim, um dos grandes nomes da resistência desse período, Chico Buarque que, com suas músicas, mantém sempre viva as memórias da censura, e traz o gosto da liberdade para que exista sempre a luta para mantê-la.

Por que de acordo com Marcelo Cheche Galves, em entrevista concedida em 2018, “Todo regime autoritário ele tira da sociedade aquilo que há de mais essencial, que é o direito de opinar, então toda ditadura traz um prejuízo que você não consegue calcular, por que ela proíbe o pensamento, a liberdade, o que deixa marcas para as

gerações futuras, que tem obrigação de cuidar para que não ocorra novamente sua perda”.

REFERÊNCIAS

A) Entrevistas

Marcelo Cheche Galves. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2018
Monica Piccolo Chaves. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2018

B) Vídeos

CHICO Buarque e a ditadura militar, 2010. Brasil. (02m53s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nWpurtrYnek>. Acesso em: 17 abr. 2019.

C) Bibliografia

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

CARVALHO, Lucas Borges de. **a censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias**. revista da faculdade de direito da ufpr, v.59, p.79, 2014.

CARVALHO, Stephanie. ROCHA, Luana. TOSO, Sthefany. **A censura às músicas de Chico Buarque na ditadura (1964-1985)**, 2015. <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/a-censura-as-musicas-de-chico-buarque-na-ditadura-1964-1985/>

CHICO BUARQUE, 2014. Brasil. Disponível <http://www.chicobuarque.com.br/> Brasil. Acesso em: 18/12/2018

FICO, Carlos. "**Prezada Censura**": cartas ao regime militar. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2002, vol.3, n.5, pp.251-286.

GARCIA, Miliandre. **Ou vocês mudam ou acabam: aspectos políticos da censura teatral (1964-1985)**. *Topoi (Rio de Janeiro)*. V. 11, 0. 235-259, 2010.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.

LARA, Ricardo and SILVA, Mauri Antônio da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n.122, pp.275-293.

MANGOLIN, Cesar . **A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos**. In: PRAUN, Luci. (Org.). *Relações mundializadas, neoliberalismo e sociabilidade humana*. 2ed. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2011, v. único, p. 31-46.

NAPOLITANO, Marcos. **Hoje preciso refletir um pouco: ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Hollanda 1971/1978.** *História* [online]. 2003, vol.22, n.1, pp.115-134.

OLIVEIRA, Luciano. **Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2011, vol.26, n.75, pp.07-25.

SCHILLING, Flávia. **Entre memórias, entre arquivos: por que não falar sobre o exílio?.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.991-999.